

# PATRIMÔNIO IMATERIAL E IDENTIDADE HISTÓRICA

Anne-Marie Pessis

## Resumo

No contexto histórico do Brasil colônia, a noção de patrimônio cultural não estava vinculada aos valores do seu tempo. O único patrimônio valorizado era o patrimônio econômico. Para o colonizador, a cultura está apenas associada à produção cultural que existe na Europa. No Brasil colonial fora das matérias primas naturais, que são geradoras de riqueza, não existe outra modalidade de patrimônio e o conceito de cultura local não é considerado. As populações indígenas, carentes de uma tecnologia de guerra inferior à do colonizador, são consideradas num estágio inferior do desenvolvimento cultural. Desde a ótica colonialista, o único valor do indígena seria o potencial de energia física a ser utilizado como mão de obra de baixo custo. Uma situação análoga acontece com os africanos introduzidos no país como escravos. Sua cultura, material e imaterial, diversificada em função de suas diferentes origens, não será considerada como cultura e portanto ficará totalmente ignorada. A noção histórica do patrimônio apenas como patrimônio econômico entrará em contradição com a noção moderna de patrimônio cultural e ambiental, cujos aspectos se analisam neste artigo.

## Abstract

In the historical context of colonial Brazil, the notion of cultural heritage was not linked to the values of that period. The only valued heritage was the economic one. Settlers' perception of culture was restricted to the cultural production taking place in Europe. In colonial Brazil, outside of the natural raw materials, generators of wealth, no other form of heritage existed and the local culture concept was not considered. Indigenous populations lacking in war technology when compared to the colonizers were thought to belong to an inferior stage of cultural development.

From a colonialist viewpoint the only indigenous value was the physical energy potential to be used as cheap labor. A similar situation happened to the Africans shipped to Brazil as slaves. Their culture, both tangible and intangible, diverse in relation to their different origins, was not considered as culture and was, therefore, completely ignored. The historical notion of heritage restricted to economic heritage challenges the modern notion of cultural and environmental heritage, which are the aspects analyzed by this article.

O Brasil é um país jovem e sua população o resultado da miscigenação de raças e culturas de diversas origens e, em consequência, a cultura brasileira é o produto do sincretismo forjado nos últimos cinco séculos. A história desse período é a história da implantação de valores que caracterizam o perfil cultural do Brasil, os quais estão, desde o período colonial, atrelados ao seu processo de construção social.

A noção de patrimônio cultural aparece no Brasil como resultado de certos valores que se formam no período colonial e das características da população que constrói o novo país. O novo continente mobilizará um contingente humano que chega à procura de riquezas. Chega de terras européias e de origens socioeconômicas diversificadas. São filhos segundo gêmitos de famílias nobres, camponeses, minorias religiosas, aventureiros e criminosos condenados, aos quais se lhes oferece a liberdade a cambio de integrar a tripulação de navios, que multiplicam suas travessias oceânicas. Todos eles, apesar das diferenças de origem, partilham um objetivo comum: o enriquecimento. Isso se conseguirá a partir das riquezas naturais do novo mundo, que serão extraídas e mandadas a Europa. Um patrimônio econômico que não retornará ao novo continente, pois ficará na Europa sob a forma de propriedades e terras.

Para a maior parte dessa população vinda ao Brasil, seu objetivo é ficar apenas o tempo necessário para atingir a riqueza procurada, e poder, assim, retornar a Europa. Apenas aqueles beneficiados pelo Rei, no repartido das terras e do poder político, ou aqueles que desejam dar início a uma nova vida, se instalarão visando uma permanência definitiva. Duas modalidades de atingir um mesmo objetivo: os que virão para extrair riquezas e os que virão para usufruir delas, à vez que constroem um novo país. Essas duas classes de colonizadores terão comportamentos diferentes em face ao novo mundo. Para os extrativistas o custo da depredação é apenas o custo da formação do seu patrimônio econômico, ao invés, para os construtivistas existe a preocupação de conservar as riquezas naturais do entorno.

Assim, o capitão Nôr, Duarte Coelho, beneficiado, pelo Rei D. João III, com sessenta léguas de costa do Norte do Brasil, da Capitania de Pernambuco e da margem esquerda do Rio São Francisco com todas as suas ilhas até as suas nascentes, chega ao Brasil em 1535 para tomar posse dessas terras. Chega para permanecer, com o espírito do construtor de uma nação e não

de um explorador de riquezas. O donatário de Pernambuco se posiciona contra a derrubada indiscriminada das matas de pau-brasil. Preocupado pela exploração indiscriminada dos recursos naturais, por aqueles que não querem trabalhar a terra e apenas desejam “fazer o Brasil”, em 1546 escreve ao Rei, solicitando a supressão do corte de madeira numa faixa de quarenta léguas do litoral.<sup>1</sup> A carta não parece ter merecido resposta, nem há menção de que foram adotadas as medidas solicitadas.<sup>2</sup>

Nesse contexto histórico, a noção de patrimônio cultural não está vinculada aos valores do seu tempo. O único patrimônio valorizado é o patrimônio econômico. Para o colonizador, a cultura está apenas associada à produção cultural que existe na Europa. No Brasil colonial fora das matérias primas naturais, que são geradoras de riqueza, não existe outra modalidade de patrimônio. O conceito de cultura local não existe. As populações indígenas, carentes de tecnologia de guerra, são consideradas como um estágio inferior do desenvolvimento cultural, tanto assim que, nos começos da colonização espanhola, fora questionada sua natureza humana, assunto sobre o qual a igreja católica teve que se pronunciar. Esse etnocentrismo dogmático impediu compreender aos colonizadores, que cada povo tem suas prioridades, sua história e seus valores e que suas técnicas se desenvolvem em função das suas necessidades e da sua cultura.

Desde a ótica colonialista, o único valor do indígena seria o potencial de energia física a ser utilizado como mão de obra de baixo custo. Quando os indígenas se recusam ao trabalho forçado que inicialmente se lhes pretende impor e quando por razões de índole política, não podem ser escravizados, deixarão de ser interessantes como geradores de patrimônio econômico e, portanto não terão nenhum valor.

Uma situação análoga acontece com os africanos introduzidos no país como escravos. Originários de diversas regiões do continente de origem e com importantes diferenças culturais, serão primeiramente escravizados por seus conterrâneos e logo comercializados no tráfego de exportação para o Brasil. Sua cultura, material e imaterial, diversificada em função de suas diferentes origens, não será considerada como cultura e portanto ficará totalmente ignorada. No entanto, o contingente de escravos africanos terá, para o colonizador, um valor maior do que os indígenas, pois sua qualidade de escravo fará deles um objeto de valor como parte do patrimônio econômico.

Os colonizadores bem sucedidos economicamente importarão da Europa sua cultura material tanto os bens de uso cotidiano quanto aqueles que representam o valor simbólico da sua prosperidade. Para os menos afortunados, a noção de patrimônio cultural não existirá como valor, por não ser utilitária. Apenas os recursos naturais terão um valor real.

A noção histórica do patrimônio apenas como patrimônio econômico entrará em contradição com a noção moderna de patrimônio cultural e ambiental. Deixará suas marcas na escala de valores dos bens patrimoniais do período colonial, marcas que, ainda hoje, permanecem. Assim, quando hoje se desmata indiscriminadamente, não existe na população a consciência do dano que se provoca tanto ao ambiente como ao patrimônio e à qualidade de vida humana. Existe apenas a convicção de que a natureza foi feita para que a espécie humana se aproprie dela. Quando se caça, independentemente da finalidade esportiva ou de consumo que a origina, não existe a consciência de estar contribuindo ao extermínio de espécies nativas e ao desequilíbrio ambiental crescente. A caça é apenas vivenciada como uma prática ou um esporte atávico, fazendo também uso de todas as espécies animais, consideradas como outro presente da natureza.

Finalmente, hoje, quando em algum povoado da região Nordeste se cortam todas as árvores, eliminando a sombra, numa terra sem sombra, quando a pedra é substituída pelo cimento como revestimento do solo, numa paisagem desprovida de vegetação, não existe consciência da degradação introduzida, pois o que se valoriza é apenas a modernização e do desenvolvimento urbano como símbolo do progresso. Esse conceito de patrimônio econômico, de longa história, não deixa espaço ao conceito de patrimônio cultural, na sua manifestação material e imaterial como também exclui a qualidade de vida.

A consciência da importância do patrimônio cultural que existe nas pequenas cidades dos países europeus, em que o patrimônio cultural diversificado, tanto material como imaterial, se conjuga para recriar as raízes da identidade, só recentemente aparece no Brasil. O patrimônio cultural protegido pela população com parte do orçamento dos municípios, comprometido para a manutenção do seu patrimônio, não é prática brasileira. Apenas, em certas regiões, em que a migração estrangeira ocorre no fim do século XIX e começos do XX, aparece o interesse em conservar as origens desses contingentes humanos e existem as primeiras manifestações da conservação do patrimônio cultural material. A noção de patrimônio cultural volta a ser importada

ao Brasil. Mas não é a manifestação de uma sociedade unida pelos laços de uma identidade forjada e exprimida em símbolos construídos, como os monumentos.

Porém, no Brasil existe uma série de comportamentos, procedimentos, crenças e ritos do cotidiano, que por serem do cotidiano, e por serem muitas vezes originários dos saberes indígenas e africanos foram incorporados pelos colonizadores, sem que se lhes reconheça um status de valor patrimonial. Essas manifestações intangíveis do cotidiano, não reconhecidas como fatos culturais, são manifestações de comportamentos herdados da época colonial. Sem os saberes indígenas a colonização do continente americano teria sido possivelmente inviável. Foram os conhecimentos e os procedimentos das populações indígenas que permitiram aos colonizadores dispor de alimentos básicos, dos hidratos de carbono necessários para alimentar os contingentes humanos que chegavam ao Brasil. É o caso do milho e principalmente da mandioca para as regiões tropicais.

Originária provavelmente da Amazônia colombiana, a mandioca com suas duas variedades “amarga” ou “brava” (*Manihot esculenta*, *Manihot utilissima*) e “doce” (*Manihot aipi*) foi o alimento básico de grande parte das populações pré-históricas do Brasil, desde a Amazônia até a região subtropical, onde o milho teve maior importância.

Não se sabe como o índio chegou a descobrir o processo de elaboração da mandioca “brava”, para transformá-la, de vegetal amargo e venenoso, em alimento útil e base da sua alimentação. Essa descoberta é uma evidência da sua capacidade de observação e de inovação, transformando um tubérculo com ácido cianídrico e altamente tóxico, em alimento básico de grande utilidade. Outras espécies de mamíferos consomem esse alimento sem nenhuma consequência. O índio brasileiro desenvolveu diferentes técnicas de tratamento da mandioca, utilizadas praticamente até hoje, apesar da existência de modernos métodos de mecanização. A mandioca tem um ciclo vegetativo de nove meses, porém, em compensação, pode continuar na roça, sem ser colhida, até dezoito meses. Quando uma plantação está acabando, a seguinte pode começar a ser coletada. Dessa forma o ciclo nunca se encerra não sendo necessária a acumulação de grandes quantidades do produto. A descoberta do processo de tratamento da mandioca foi uma inovação de excelência para a sobrevivência do índio, que obteve um alimento da maior importância e base de alimentação energética. Gerou também um mecanismo de solidariedade nas comunidades

que dependem desse alimento. Quando se retira o tubérculo, se retira a planta pela raiz. O tronco é também cortado e volta a ser plantado, repetindo-se o ciclo biológico e solidário dos que usufruem desse gesto social.

A farinha de mandioca era o alimento por excelência dos indígenas brasileiros nas culturas de floresta tropical e, fácil de conservar e transportar, não é de se admirar que, ainda hoje, seja o alimento básico das povoações camponesas do Nordeste. Uma bolsa de couro, com carne seca moída e misturada com farinha de mandioca é ainda utilizada atualmente por pastores e caçadores do interior do Piauí. A mistura, conhecida com o nome de paçoca é alimento nutritivo para grandes caminhadas, pois sendo a farinha de mandioca hidrato de carbono puro é complementada com a proteína da carne, evitando-se graves deficiências alimentares.

O colonizador não se deteve no valor do processo de elaboração dessa simplicidade aparente. Apenas se limitou a ser beneficiado pela existência e consumo do produto que foi, desde os inícios da colonização, integrado à sua dieta. A imagem do índio inovador, não foi retida na memória social do Brasil.

Os comportamentos funcionais, com o desenvolvimento de técnicas do cotidiano adaptadas às necessidades de sobrevivência do indígena, passaram a formar parte do cotidiano do novo país. Apesar de não ser reconhecido seu valor cultural, esses conhecimentos, transmitidos pela tradição oral são os que formaram a base do patrimônio cultural imaterial da identidade brasileira. Não foram os monumentos à maneira do velho continente, mas os saberes, os ritos, as cerimônias, as festas, os jogos e as técnicas artesanais que deram de comer, beber e vestiram ao colonizador.

É nesse plano onde a diversidade indígena do Brasil está hoje presente na cultura do país. Acha-se viva marcando, de forma própria e única, sua verdadeira identidade entre as outras culturas do mundo. É a marca imaterial, que transcende às diversidades culturais dos grupos que migraram ao Brasil no decorrer da sua história. Grupos humanos que não eram, apenas, originários da península ibérica, mas de outras regiões do planeta. Grupos que coexistem, hoje, em espaços onde se misturam línguas e valores, mas que assimilaram a marca nacional, tanto assim que, as gerações seguintes, nascidas no país, levam a marca intangível do patrimônio imaterial brasileiro.

Quando a comunidade internacional, preocupada pela conservação do patrimônio mundial, começa a estruturar o quadro conceitual para a preservação da diversidade cultural, o Brasil fará parte do conjunto desses países e participará, ativamente, da construção do instrumental jurídico destinado a preservar, para o futuro, o patrimônio cultural de cada país. As normas propostas, inicialmente, outorgarão uma importância principal aos elementos culturais materiais. Do Patrimônio de uma cultura será valorizada, principalmente, sua dimensão monumental. A cultura imaterial, caracterizada por indicadores fugazes, será objeto de consideração e normas específicas aprovadas apenas na década dos anos 90. Finalmente, em 2005, a declaração de Xi'na, (China), reconhece a contribuição do entorno para o significado dos monumentos, sítios e áreas do patrimônio cultural e recomenda trabalhar com as comunidades para desenvolver uma consciência social sobre a conservação e a gestão do conjunto patrimonial que vai além do simples monumento.

Hoje, o Brasil, dispõe de uma legislação patrimonial muito afinada que permite a preservação abrangente de seu patrimônio cultural e ambiental. O instrumento jurídico existe, embora a norma não seja sempre aplicada, nem sua transgressão reprimida. Existem, no Brasil, paradoxos jurídicos flagrantes, em que as normas constitucionais do patrimônio cultural se contradizem com normas inconstitucionais aprovadas no âmbito do patrimônio ambiental, gerando conflitos de direito administrativo, que prejudicam a implantação dos procedimentos de preservação patrimonial tanto cultural quanto ambiental.

O desrespeito de normas patrimoniais responde à falta de valorização do patrimônio nacional por parte da população e, muitas vezes também, por falta de fiscalização do governo. Essa situação de descaso não é mais que a manifestação moderna do conceito, historicamente gerado, do patrimônio nacional.

Não existe esse valor porque a cultura brasileira, em particular no nordeste do Brasil, não tem sido uma sociedade de cultura monumental. O Patrimônio cultural monumental apenas existe como uma imposição normativa, que não responde a uma realidade social. Em consequência, sua aplicabilidade é ignorada pela população que não se sente concernida. Os valores patrimoniais não se impõem apenas por normas jurídicas e por fiscalização. Somente a partir do conhecimento da própria história, as comunidades reconhecem os valores nos quais se sentem integrados. Na

diversidade cultural é que se encontra o conceito de identidade imaterial regional, independente da identidade cultural nacional. Assim os esforços para uma educação patrimonial somente atingem seus objetivos, quando os valores que se pregam, levam em consideração a diversidade de valores de cada comunidade.

As normas de preservação patrimonial têm, portanto, um impacto diferenciado em todo o país. Na região do Nordeste, o peso da tradição imaterial é muito forte assim como o peso do patrimônio econômico determinado historicamente. É mais fácil que se respeite o patrimônio econômico da terra de um vizinho que o patrimônio cultural pré-histórico de um parque nacional. A razão desse comportamento é que a terra do governo foi terra de ninguém e terra de todos. A terra de posse é aquela que, depois de ser empossada e delimitada pelo posseiro, um dia será registrada e sua propriedade reconhecida. Essa norma é a regra que caracterizou a colonização do sertão nordestino, procedimento aceito por toda a população. Sua transgressão é muito mal vivenciada sendo percebida como uma violação ao consenso de valores patrimoniais da sociedade regional.

A decisão do Governo Federal de proteger uma área de preservação natural ou um patrimônio cultural de caráter histórico ou pré-histórico, mesmo de importância mundialmente reconhecida é, portanto, considerado como uma imposição arbitrária se não responde às expectativas da população local.

A educação patrimonial é um instrumento fundamental para transformar as mentalidades em relação às questões patrimoniais e fazer compreender a importância do patrimônio cultural e natural de cada nação, embora, no Brasil, não esteja dando os resultados esperados. Estruturada em torno de valores que não integram a diversidade da cultura imaterial, a educação patrimonial formula conceitos de patrimônio que concernem apenas a uma parte da população.

Na realidade, a verdadeira cultura brasileira é a cultura imaterial, facilmente assimilada pela população. Na região Nordeste do Brasil, o acervo imaterial está constituído pelos saberes que formam parte de vida cotidiana das comunidades e que são transmitidos de geração em geração. São técnicas, procedimentos e objetos funcionais à vida do dia a dia, são também festividades, tanto religiosas quanto seculares, destinadas a lembrar acontecimentos associados a eventos e



fatos vivenciados pelos antepassados. São também histórias e estórias transmitidas pela tradição oral, verdadeiras enciclopédias do comportamento e de informações que, historicamente, permitiram instruir às novas gerações sobre os riscos a que estavam expostas. Faz parte, ainda, dessa cultura imaterial, a forma de apresentação dos contadores de estórias locais, que se utilizam de diversas cenografias na sua transmissão, fazendo apelo a recursos teatrais que atingem o emocional dos espectadores.

Uma cultura imaterial com valores indígenas profundamente enraizados, pois foram transmitidos pelas mulheres que escaparam aos massacres da colonização e se tornaram mães dos filhos dos desbravadores e matadores de índios.

Nesse contexto, a educação patrimonial requer estratégias diferentes em cada situação em que será aplicada, para poder identificar as prioridades nos diferentes perfis de valoração patrimonial. Nessas estratégias não se devem aplicar apenas opções localistas do patrimônio cultural. Procurar-se-á viabilizar, através da diversidade patrimonial, os conteúdos de patrimônio nacional como um todo.

Assim, se a imagem do índio brasileiro é ignorada pela maior parte da população que, depois de ter-la recusado historicamente, a tem excluído de maneira sistemática, colocando-a na marginalidade da indiferença, da ignorância e da miséria. Se a imagem do índio não faz parte do patrimônio cultural do Brasil, embora esse patrimônio seja marcadamente indígena na maior parte do país, é necessário que a estratégia patrimonial procure reverter essa situação. O mesmo pode-se dizer das raízes africanas no patrimônio material e imaterial brasileiro.

Resulta essencial que os mecanismos de conscientização patrimonial passem por uma revitalização do patrimônio indígena, com uma revisão dos conteúdos da história lecionada até hoje, em que a imagem do índio brasileiro é desvirtuada por descrições compostas de clichês reducionistas. Faz-se necessário que seja reconhecida a contribuição do indígena ao patrimônio cultural, material e imaterial brasileiro, posicionando sua participação de forma precisa frente à dimensão portuguesa.

Hoje, um primeiro passo, necessário, tem sido a iniciativa de inventariar as manifestações da cultura imaterial, a partir dos municípios, estimulada por alguns governos estaduais e pelo governo

federal. A população local deve participar ativamente para que esse inventário seja um espelho do registrado na memória social dos diferentes municípios. É com esse material inventariado que ficarão delimitados os espaços temáticos de pesquisa e que se poderão segregar conteúdos específicos daqueles que são partilhados por uma abrangência territorial maior. São, também, a partir desses espaços que poderão ser aprofundadas as pesquisas destinadas a resgatar a origem da diversidade cultural.

No plano operacional, quando se formula a estratégia de uma educação patrimonial, para um perfil cultural determinado, é necessário que os conteúdos de conscientização se enquadrem no universo de valores partilhado pela população destinatária. Dentro desse universo pode-se pensar em introduzir modificações parciais, embora sempre respeitando e valorizando o que o público atingido considera a sua cultura local. Do contrário, se faria uma revolução nos valores existentes, gerando, assim, uma fratura entre os componentes que fazem parte da identidade local, formada pela sua própria história, e a identidade cultural nacional, que, nos fatos, fica muito distanciada da sua diversidade regional.

Para a região norte-nordeste, onde a figura do índio brasileiro é marginal, excluída e desapossada de sua cultura original, uma estratégia de educação patrimonial poderia atuar em dois aspectos. Por uma parte, o discurso revalorizador do indígena através dos instrumentos didáticos do ensino formal e informal. Por outra parte, divulgar as pesquisas sobre a cultura imaterial destinadas a segregar da cultura brasileira os vestígios da cultura indígena que fazem parte dela. Esses resultados deverão ser amplamente divulgados através de campanhas que atinjam a toda a cidadania. Hoje, a sociedade está muito sensibilizada a esse tipo de campanhas que fazem parte do lazer, da leitura e dos meios de comunicação e que não atingem, apenas, às crianças e jovens, mas que agem, também, sobre os adultos, responsáveis, sempre, a uma maior resistência às mudanças.

Com ações de este tipo é possível que, com persistência e uma variada divulgação, seja possível modificar a estrutura de valores sociais e integrar, formalmente, o que já forma parte da cultura nacional: os conteúdos indígena e africano. Não nos estamos referindo às manifestações de tipo folclórico, como caboclinhos ou maracatus, trata-se de atingir o reconhecimento e o respeito das raízes ancestrais da nacionalidade.

Essas transformações procuradas através de novas estratégias que salientem as diversidades locais, passarão a ser um resultado natural e não apenas imposto.

A revalorização da cultura indígena levará a aceitar mais facilmente a preservação dos sítios que são portadores de vestígios dessa cultura. Os sítios arqueológicos passarão a ser parte do patrimônio vivenciado e, portanto, apreciado e respeitado como parte da ancestralidade dos brasileiros. Como exemplo, citaremos A pinturas e gravuras rupestres realizadas por eles durante épocas pré-históricas que passariam a ser valorizadas como os mais antigos registros pretéritos. Documentos que são patrimônio material do passado, mas, sobretudo, o único vestígio do patrimônio imaterial que atravessou tempos milenares e que permanece vivo embora praticamente ignorado, na atual cultura brasileira.

### **Anne-Marie Pessis**

Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal de Pernambuco - PE. Diretora Presidente da Fundação Museu do Homem Americano - PI.

pessis@terra.com.br

### **Notas:**

---

<sup>1</sup> **Cartas de Duarte Coelho a El Rei.** Arquivo Ultramarino. Universidade Federal de Pernambuco. Arquivo Histórico.

<sup>2</sup> Gonsalves de Mello, José Antônio. **As cartas de Duarte Coelho e os seus temas principais,** in Cartas de Duarte Coelho a El Rei. Recife, Fundação Joaquim Nabuco ,Editora Massangana, 1997.

## Referências bibliográfica

- Cartas de Duarte Coelho a El Rei.** Arquivo Ultramarino. Universidade Federal de Pernambuco. Arquivo Histórico.
- Gonsalves de Mello, José Antônio. **As cartas de Duarte Coelho e os seus temas principais,** in Cartas de Duarte Coelho a El Rei. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1997.
- \_\_\_\_\_  
GUIDON, N., 1991, **Peintures Préhistoriques du Brésil.** Paris: ERC, 109p. ill
- \_\_\_\_\_  
PESSIS, A.M 2000. **Ars indígena pré-histórica no Brasil.** CLIO, Recife: v. 14, p. 135-142
- \_\_\_\_\_  
; PESSIS, A.M 1992. **Grafismo Indígena.** In: Lux Vidal. (Org.). Grafismo Indígena. São Paulo, v. , p. 37-52
- \_\_\_\_\_  
PESSIS. A.-M, PARENTI. F, FONTUGNE. M., GUÉRIN. C., PEYRE. E., SANTOS. G. M., 2002. **Pedra Furada, Brazil: paleoindians, paintings and paradoxes.** *Athena Review:* v. 3, n. 2, 42-52p.
- MARTIN, G. **Pré-História do Nordeste do Brasil.** 4ª. Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005 434p.:il,
- PARENTI F., 2003. **Le gisement quaternaire de la Pedra Furada (Piauí, Brésil). Stratigraphie, chronologie, evolution culturelle,** Paris, Ed. Recherches sur les civilisations
- PESSIS, A. M., , 2003 , **Imagens da Pré-História. Parque Nacional Serra da Capivara. Images de la Préhistoire; Images from Pre-History.** São Paulo: FUMDHAM/PETROBRAS, 307p.ill
- \_\_\_\_\_  
2000, **Preservação: uma nova estratégia de desenvolvimento. Parque Nacional Serra da Capivara.** Revista do ICOMOS - Brasil. , v.1, p.190 - 218.
- \_\_\_\_\_  
1997, **O Parque Nacional Serra da Capivara: um programa de educação ambiental e eco-desenvolvimento.** Fumdhamentos. São Raimundo Nonato -Pi: v.1, n.2, p.20-31.